

A ETE Barra também, a estação de tratamento na Barra a maior na região, está com problema no decantador há muito tempo, em outros equipamentos, então, fixamos prazos para que isso seja sanado, fixamos prazo também para que o monitoramento do emissário seja aperfeiçoado, para que não receba o lodo da UTR, da Unidade de Tratamento de Rio, que a ETE não foi concedida para receber aquele lodo e aí eles falam "ah, isso é um problema muito grande", sim, você dá um prazo para o município, a gente também vai conceder esse prazo, e ele vai secar o lodo, enfim, ele vai destinar a um aterro controlado, mas, não dá para lançar aquilo na ETE Barra e aquilo ir para o mar e dizendo "ah, mas o mar é muito grande, aquilo se dilui".

Então, a gente está preocupado com esses outros pontos, ou seja, tratar o problema de forma integrada e sinérgica unindo Tribuna de Contas, Município - eu vou chegar nele -, mas, INEA, SEA, na época das olimpíadas se quis fazer um grande projeto de despoluição nas lagoas e aquilo ficou para trás, mas, é importante que uma vez cessadas as fontes de contribuição do esgoto, a gente tem o professor Adacto Ottoni, sanitarista, e outros que dizem que é importante tirar aquele lodo que tá no fundo.

E o município, a gente espera, né, Dr. Sérgio que tenha uma posição mais ativa porque está num imbróglio da questão do termo de reconhecimento recíproco. Ele falou: Olha, eu tô com área informal, pelo termo de reconhecimento recíproco, o aditivo me diz que as áreas não formais, vou chamar favelizadas, mas sem nenhum tom pejorativo, são de atribuição do município e a Cedeae ficaria com as áreas formais. O município alega: "Olha, sem recurso da tarifa, a gente não consegue avançar porque não dá para botar recurso do orçamento naquela área".

Então, a Cedeae já fez o estudo da Coppe, da Coppetec, professor Isaac, né, Sérgio? A gente entregou esse estudo para município e disse: você já tem um diagnóstico de 214 comunidades com lançamento esgoto. Então, se vai ser cinturão; se vai ser captação em tempo seco; se a captação em tempo seco também não vai ser uma solução definitiva vai ser a solução transitória, porque a gente sabe que no período de chuva o índice pluviométrico aumenta sobremaneira, então tem que abrir as comportas, o diâmetro da rede de esgoto não foi dimensionado para essa finalidade. Mas, tem que dar alguma solução para área informal, são 214. A essa altura do campeonato, já que esse estudo tem seis meses, já deve ter aumentado...

O SR. CARLO CAIADO - Promotor, o senhor desculpa interromper.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO - Claro.

O SR. CARLO CAIADO - A prefeitura que precisa reconhecer e entrar nesse circuito que vocês estão elaborando por causa das comunidades, mas não precisa ter anuência nenhuma para poder o TAC ser assinado.

Aí, o que eu ia acrescentar, a gente entende que é uma responsabilidade da prefeitura, mas não deixa de a Cedeae poder realizar. Inclusive, a Cedeae criou, agora recentemente, tirando da Secretaria das Cidades ou da Infraestrutura, não me recordo qual delas, um programa do estado Comunidade Cidades para tratar, realmente, de saneamento nas comunidades. Eles até requisitaram um funcionário da prefeitura, que trabalha na Secretaria de Habitação, o Guilherme, para coordenar esse programa.

Então, entendo que a prefeitura tem que estar dentro, tem que apertar recursos, mas a Cedeae, hoje, tem uma saúde financeira para também não falar assim: "Ah, é da prefeitura, eu não faço!". Ela pode fazer, porque ela vai estar iniciando, agora, por exemplo, na Rocinha, por que ela não pode entrar também em algumas comunidades e também se colocar e cobrar, até, depois da prefeitura que tem recurso? Mas ela tem disponibilidade.

Então, ela não pode falar, como falou na audiência, que eu não posso fazer porque é questão da prefeitura.

Então, isso que a gente queria atentar com a participação de vocês, porque coloca a Cedeae também para poder fazer o enfrentamento nas comunidades.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO - Perfeito, Deputado Caiado.

Nós, inclusive, na reunião em dezembro do ano passado, na audiência pública, este ano na audiência na Agensera, o Comitê de Bacias estava presente e nós falamos: "Olha, município, inclusive já que a Cedeae já fez esse estudo da Fundação Coppetec apresentando captação em tempo seco, a questão da UTR saiu porque é tão polêmica, até entre os especialistas se a unidade tratamento de rio é melhor solução. Porque você deixa os afluentes poluídos antes de chegar na lagoa você trata, mas, para alguns especialistas, é tanto bombardeio, química tanto produto químico que é uma água com odor satisfatório, mas que afeta a biota, afeta o ecossistema local. Então, isso não entrou na discussão.

Mas, Deputado Caiado, nós expedimos uma recomendação para o município ele falar se você não concorda com essa alternativa, e a própria Agensera também mandou antes de aprovar, o planejamento do cronograma dos próximos 10 anos para a informal, se o município concordaria, e aí, em paralelo, nós falamos: olha, além da área formal, o que você tá pretendendo para informal? E nós também concordamos que ainda que a Cedeae já tenha feito esse estudo, nada obsta que ela faça, sim, a obra e aí, tarifa social, a Agensera evoluiu muito nisso, para não tornar o sistema dependente de subsídio ou de orçamento, no tempo de orçamento combatido, que, pelo menos, se tenha a tarifa social para possibilitar a remuneração do próprio sistema.

Mas para isso, assim, o município alega o seguinte: "Olha, eu tenho que rever o termo de reconhecimento recíproco inteiro que é para cidade". E aí, ajuizou uma outra Ação Civil Pública, que eu e o Dr. Sérgio também estamos atuando, vai ter uma reunião esta semana, para definir, eu acho que essa é a oportunidade: olha, vamos rever aquele termo de 2007 e vamos definir área informal, a Cedeae também se compromete conosco, a gente entra com uso e controle do solo e vocês entram com investimento, seja da ação do Supremo, seja com recurso do Fecam, o Fundrhi, Fundo de Recursos Hídricos, está entrando na atualização do Plano de Bacia e do Plano Municipal de Saneamento, ou seja, é importante também os senhores falarem aqui: o planejamento para onde vai? Não pode ser um plano de expansão da Cedeae, aí, amanhã ou depois ela é privatizada e chega o gestor privado e fala: "Olha, esse TAC não é oponível a mim". É claro que a gente vai botar uma cláusula que ele é oponível a quem adquirir a Cedeae...

A SRA. LUCINHA - Dr. Alexandre, a nossa preocupação maior é essa.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO - Para que isso não tenha uma descontinuidade.

A SRA. LUCINHA - Porque se a Cedeae for privatizada, todo esse trabalho que nós estamos fazendo agora pode ir por água abaixo. A nossa preocupação é essa. Queremos que a Cedeae continue pública, porque ela tem que atender à população do nosso Estado, e a gente não abre mão disso. Aqui, esta Casa, em diversos momentos, nos posicionamos em relação a isso, contra a privatização da Cedeae. O serviço que a Cedeae presta, mesmo que seja deficitário, que precise rever projeto, metodologia, parceria com a Agensera, com a Prefeitura, o que seja, é fundamental que ela fica sob poder do Estado.

Então, eu queria só colaborar com as suas palavras e dizer que no caso das comunidades em imbróglio que já vem de muito tempo não é, Deputado Caiado, é um jogo de empurra: uma hora, vai para um lado, outra hora vai para o outro.

Teve um determinado momento em que era a Rio Águas. A Rio Águas ficou num determinado momento fazendo um controle da gestão, da manutenção das redes existentes nas comunidades, sem contar com obras novas, sem contar com o tal dos PACs. Os PACs, depois a gente viu tudo na imprensa, a roubalheira danada da Odebrecht, todo mundo, era só para fazer a manutenção das redes. Ficava com a Rio Águas. Em determinado momento quando veio o aporte financeiro para os PACs, aí a Rio Águas fez o quê? Ela se retirou e ficou sem comando nenhum, essa é que é a verdade, ficou sem comando nenhum.

Entrou o PAC Rocinha, o PAC lá na Maré, PAC no Dona Marta e a própria manutenção da rede que é fundamental, deixou de existir. Então eu acho que nessa questão específica, até vou sugerir a todos os presentes aqui se tiverem esse entendimento, de uma reunião com os segmentos que têm que sentar e discutir essa questão e colocar isso, e assinar esse termo de compromisso. Sentar a Rio Águas, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, certo, a Agensera, o Parlamento Fluminense, umas três, quatro, instituições representantes para poder fechar esse documento.

Nós temos que fechar, dar publicidade a esses documentos e fazer com que todas as autoridades assumam isso como uma proposta de vida da população do nosso Estado. Principalmente, do que estamos tratando agora que é a questão da AP-4. E são as comunidades que não estão ainda beneficiadas que não têm manutenção, que estão à deriva. Nós não vamos ficar esperando agora, Deputado Caiado, mais um PAC aparecer porque não vai ter PAC por enquanto.

Temos que dar, criar uma posição clara, esse que é o entendimento que eu tenho, Deputado Caiado, de fazer essa reunião com determinados segmentos, e fazer esse termo de compromisso, fazer divulgação, convocando a população na entrega desse documento, em conjunto com a sociedade, em conjunto com as universidades, com toda a sociedade como um todo. Nós exigimos isso, não só da Cedeae, mas também da Prefeitura.

Quando eu falo o INEA, o INEA é do Estado. O presidente da Rio Águas hoje é presidente de INEA. Então, ele sabe de toda a problemática. Então, não vai contar história numa reunião onde tem todos os entes para contar história, porque não vai contar história. Cláudio Dutra, você foi presidente da Rio Águas durante muito tempo. Como é que agora você vai dizer que não tem conhecimento do que está acontecendo com a população das comunidades que não têm manutenção? Não vai poder mudar, ele foi presidente da Rio Águas tanto tempo.

Então, tem que sentar a Rio Águas, INEA, Ministério Público, Tribunal de Contas, sociedade civil, numa reunião menor, mas que seja mais produtiva, porque o que eu vejo por muitas vezes é a Cedeae que empurra com a barriga, ah, daqui a pouco vamos fazer outra reunião. Eu estou dizendo isso por experiência própria, quando nós conseguimos viabilizar empréstimo para a Baixada e demos como contrapartida a área da AP-4, foi uma chiadeira danada. Porque ninguém queria. Eu falei, não por quê? Por que não beneficiar a Baixada Fluminense porque ela também polui a baía de Guanabara e nós somos moradores da mesma cidade, do mesmo Estado? Por que não? E, aí, foi na marra.

Da mesma forma, a questão do abastecimento de água na Zona Oeste, pois se trata de uma área de expansão, com tantos empreendimentos imobiliários e a população sem água. Como é que você vai dar autorização, o poder público, a Prefeitura para construir a Tenda, MRV, o que seja, não importa nenhuma delas, e você não tem como você abastecer essas pessoas.

Então, eu acho que nós estamos chegando a um momento de afunilar todas essas propostas.

Quando você fala na questão do Tribunal de Contas, nós temos aqui, que até vou pedir para ouvir, é o Paulo e o Jonas Azevedo não é isso, estão presentes? São do Tribunal de Contas, são dois técnicos, não é verdade? Vem para cá, meu amor. Vocês são importantes, vem para cá, o Tribunal de Contas é fundamental. A auditoria quando a gente pede, a tomada de contas, vai para o Tribunal de Contas. De repente, precisa de uma auditoria do Tribunal de Contas para prevalecer os direitos do cidadão.

Promotor, quer falar agora, ou quer falar depois da Cedeae?

O SR. JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO - Acho que os encaminhamentos que V.Exa. deu são perfeitos.

Acho que é isso mesmo: a questão do afunilamento. Não dá mais para ficar com essa isenção de responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Isso.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO - A gente acredita que esse TAC devidamente acompanhado, fiscalizado vai definir algo que hoje em dia não tem muito claro: que é uma matriz de responsabilidade: Olha, Rio Águas, sua responsabilidade é drenagem nas áreas tal e tal; Cedeae, a sua responsabilidade é essa.

E fecho até com a crítica do PDBG/PSAM, que também está prestes a fechar um TAC o Estado já firmou recuperando o trecho 2 Cidade Nova - fase 2 -. Sistema Alcântara, o Sistema de São Gonçalo, Mangueiros e Faria Timbó. Agora, a Cedeae, porque a gente está em outra luta do Sarapuí Sistema Pavuna - Ilha de Paqueta, que é uma questão exatamente, Excelência, de se definir prazos, se definir os recursos que vão ser garantidos para que depois não se diga, ou seja, e a gente conseguiu o Fecam este ano R\$ 129 milhões junto ao Estado para São Gonçalo para o Sistema Alcântara, para o Faria Timbó e Mangueiros, mas com a Cedeae a gente quer a mesma transparência para que afete recursos para depois não dizer "olha, agora, aquele recurso que estava comprometido..." e a questão da Agensera fiscalizando, autuando, principalmente, nas questões operacionais das IES, das elevatórias. E a informal, a gente está inteiramente de acordo: envolver a Rio Águas até pelo histórico que V.Exa. lembrou bem do presidente atual do INEA ter sido do Rio Águas.

Apresentar onde já existe inclusive na área da AP-4 - nós temos essa informação já em reuniões da área informal - que já existe rede justamente por esses projetos sociais que V.Exa. falou, ou seja, então não vamos sair do zero. Vamos mapear onde é que já tem elevatória em rede e fazer como no Sistema Alcântara. Já que vai fazer obra, vamos dar a funcionalidade onde já tem rede coletora e vamos ligar as redes-tronco, mas para isso precisa todo mundo estar disposto a resolver.

A gente espera que o município não fique nessa judicialização. Agora com a lei complementar da região metropolitana, a gente espera que também não se exaspera e dizer: "não, quem vai definir, agora, é o futuro Instituto Rio Metrópole." E ninguém faça nada, porque aí o Município fala: "não vou fazer nada enquanto o Instituto Rio Metrópole não for criado. A Cedeae: também não tenho segurança jurídica... então, a gente espera que se saia da judicialização; faz esse apelo ao município, à Cedeae.

Oh, se for rever o termo de reconhecimento recíproco vamos rever, mas vamos ver com planejamento e com a execução das obras em curso.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Por isso que estou propondo a fazer afunilamento desta reunião pegar os segmentos que estão mais envolvidos nessa questão para poder sentar e dizer: "oh, o teu papel é esse; o papel do INEA é esse; da Rio Águas é esse; o Ministério Público vai cobrar; a Agensera tem que fiscalizar. Criar um programa de monitoramento.

Acho que tem que atender as comunidades tem um programa para poder atender as comunidades informais que não chamam de comunidades, chamam de favela. Isso tem que existir. Acho que tem que afunilar.

As audiências são importantes, mas chega um determinado momento que nós temos que, até, acelerar esse processo que eu não sei se vão conseguir a tal da privatização da Cedeae. Espero que não. Para que a gente possa dar esse desdobramento e garantir o acesso à água e esgoto à população em todo o nosso Estado.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO - Encerro a minha fala. Tentei buscar trazer esse panorama geral. Aproveitando que a senhora colocou bem das responsabilidades, a gente adverte, e não é nenhum tom sancionador, o MP tem dado demonstrações de que a gente quer conduzir junto, quer orientar no planejamento, mas que também as futuras execuções - aqui fica o alerta - não vão recair sobre o patrimônio só da Cedeae.

A gente acha que talvez a partir do momento que comece a recair a responsabilidade pessoal não nos cofres do município, mas do gestor, do secretário tal, secretário xyz. Assim como o presidente da companhia tal, o diretor a gente vai começar talvez haver mudança de comportamento. A gente já está trilhando esse caminho. A gente orienta, se dispõe a resolver o passivo seja junto a Agensera, junto ao Tribunal de Contas. Vamos caminhar juntos. Não vamos ser só fiscalizador, sancionador, mas a sanção não pode deixar de existir.

Então, se o gestor incorrer - apesar desse voto de confiança - por outro caminho a gente não vai executar a companhia para ela quebrar, a gente vai executar o patrimônio de quem fez isso.

O SR. CARLO CAIADO - Promotor, queria só um parêntese bem rápido.

Queria só depois que o senhor pudesse incluir no seu relatório em conjunto aí com todos ação civil pública do Canal das Tachas, que possa ser incluído aí, no processo.

O que eu entendi, é com esse TAC todos estão concordando. Só falta a Prefeitura. Realmente, também está no processo...

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - Falta Prefeitura e Cedeae.

O SR. CARLO CAIADO - A Cedeae não concordou ainda.

O SR. JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO - Não, a Prefeitura não está participando do TAC.

O SR. CARLO CAIADO - Mas a Cedeae já concordou...

O SR. JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO - A Cedeae concordou. Está em vias de aprovação pelo conselho de administração; eles vão votar nos próximos dias, dentro de um mês, tanto o TAC do PDBG e os sistemas que eu já falei e interessam também aos senhores, estamos falando de Baixada, como também esse TAC da AP-4. A gente espera que não caia em exigência para poder finalmente evoluir com isso. Aí vamos virar a frente também para o município, para que ele entre ou de forma integrada ou de outra forma.

O SR. CARLO CAIADO - E, se for possível, por minha parte depois, se o Deputado concordar se a comissão puder fazer parte da assinatura do TAC, pode incluir porque vai ser uma cobrança de forma permanente quanto a isso.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - A cobrança pela comissão vai ser uma cobrança positiva. A nossa conversa é positiva, agora cobrar temos que cobrar, e eu sou chata para cobrar à beça.

Fui comunicada agora e faço consignar que os auditores participação como ouvintes, não havendo, portanto, manifestação opinativa, em razão da competência do Colegiado e esse acordo de contas. Então, o Tribunal de Contas não vai poder usar da palavra, é ouvinte.

Mas eu vou já vou colocar aqui configurado que nós vamos fazer uma visita ao Tribunal de Contas, em conjunto com o Ministério Público, em conjunto com a Agensera, para conversar com a presidente do Tribunal de Contas para saber como está essa questão desse TAC, qual a participação efetiva do Tribunal. Quando a gente fala dos entes importantes nesse relacionamento, temos que forçar que isso aconteça, senão os dois companheiros vieram aqui, mas não podem usar da palavra, foi só para ouvir.

Olha que tristeza da minha parte: eu queria tanto ouvir vocês! O que vocês têm a me dizer em relação ao Tribunal de Contas? Quantas demandas eu já mandei para o tribunal e também não tivemos resultado aqui nesta Casa. Aproveito até para colaborar com a palavra do jovem do Ministério Público, e dizer que temos que punir o gestor, sim, porque muitas vezes o gestor é responsável pela quebra das empresas, pelo mau funcionamento. Senão, a sociedade toda paga um preço que, na verdade, é do gestor.

Quer usar da palavra? A vontade, Jonas.

Depois vamos ouvir o Sérgio. Chamo todos pelos nomes, porque não nasci Deputada, estou transitoriamente, enquanto o povo nos eleger. Estamos aqui tentando encontrar uma saída importante para toda a população da nossa cidade e do nosso estado em relação à questão da água e do esgoto.

O SR. JONAS DE AZEVEDO PELECH JUNIOR - Boa tarde!

Deputada, só fazer um esclarecimento em relação de nós estarmos na condição de ouvintes. É que devido ao próprio funcionamento da Corte de contas, nós temos o colegiado, formado pela presidente e demais conselheiros, e eles que dão a palavra final após relatório do corpo técnico, onde eu e o colega Paulo Bianchi fazemos parte.

Na verdade, a ressalva foi no sentido de que nós não vamos opinar de maneira definitiva, isso quem faz é o conselho, o corpo deliberativo do Tribunal de Contas. Mas, com certeza, posso falar em nome da presidente Mariana e ela receberá o Parlamento de braços abertos para poder dar os esclarecimentos pertinentes à Corte de contas dentro da Constituição.

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - A Mariana nós já conhecemos, ela é filha do nosso amigo Thierry.

Olha só, eu queria dizer da importância do Tribunal de Contas porque, eu acho que tanto o Ministério Público Estadual quanto o Ministério Público Federal, quanto a Agensera, como INEA, Rio Águas, todo mundo tem responsabilidade nesse assunto. Esse assunto está ligado a todos esses entes, não podemos deixar nenhum deles fora desse contexto, até porque é um contexto que ser discutido e debatido. E, quando for assinar o TAC, isso que é importante, todos assinem o TAC, não só o Ministério Público, não só a Cedeae, não só a Prefeitura, como a sociedade civil. Todos nós vamos passar a ter isso em mãos como uma forma de poder dar um encaminhamento e resolver essa questão.

Não dá para ficar a todo momento discutindo, puxa uma audiência pública e as coisas não avançam. A gente sabe que neste momento o presidente da Cedeae até agora não veio; se não participar dessa reunião de hoje vou fazer um documento de desagravo a não presença dele nesta Casa, em uma audiência para tratar de tema tão importante, e ele é presidente dessa companhia, ele representa a companhia, e essa companhia é do Estado. Ele teria que estar aqui para dar explicações para toda a sociedade que está aqui presente. A não presença dele aqui prejudica o andamento dos trabalhos, e muito.

Vamos ouvir agora o procurador Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO SUJAMA - Muito obrigado, Deputada.

Vou ser muito breve porque o Dr. José Alexandre sintetizou perfeitamente todas as questões que estão aqui em jogo.

Só queria enfatizar alguns pontos que me parecem importantes. O primeiro é da responsabilidade compartilhada, de como foi falado aqui, de diversos agentes públicos e privados.

Então, é importante que a gente tenha a consciência de que a água muda a consciência das pessoas no que diz respeito aos recursos hídricos, aos rios, às lagoas, ao mar, e que esses rios, lagoas e mar não são lugar de despejo de esgoto, lugar de despejo de resíduo de qualquer tipo. Então, eu acho que mudando, essa mudança de consciência eu acho que é uma das coisas mais importantes que tem que ser alcançada por parte de todos.

Outra coisa que a senhora falou que me parece importante é que esse processo - a senhora sabe muito melhor do que eu - vem há muito tempo, vem se arrastando há muito tempo. Me parece que há alguma coisa muito importante, desde o ano passado, que foi essa união entre os Ministérios Públicos do Estadual e Federal e que diz respeito ao enfrentamento desse problema, especificamente da situação da AP-4 - nossa preocupação com relação a isso. A partir disso foi possível, então, dimensionar quais são as responsabilidades de cada um, porque não adianta também a gente falar que a responsabilidade é de todos, mas sem especificar quais são essas responsabilidades, porque, senão, acaba ficando responsabilidade de ninguém. Então, é importante a gente definir que é responsabilidade de todos, mas qual é a responsabilidade de cada ente envolvido. E a responsabilidade primária é, sem dúvida nenhuma, do Estado e da Prefeitura.

Esses entes de governo são diretamente, que podem ser diretamente responsabilizados pela poluição permanentemente jogada nos rios, nas lagoas e no mar aqui da nossa cidade, da nossa Região Metropolitana. Eu acho que agora, como o Dr. José Alexandre enfatizou, é um momento muito importante. Nós estamos nessa situação de definição ou de redefinição de qual é o papel do Estado e qual é o papel da Prefeitura em relação a isso.

A Prefeitura, como o Dr. José Alexandre disse, contesta aquele termo que foi assinado em 2003. Muito embora seja um termo antigo, ainda assim nunca havia sido antes contestado - 2007, perdão - numa havia sido antes contestado judicialmente. Então, agora, depois da cobrança do Ministério Público, essa questão foi contestada judicialmente. Eu acho que a Assembleia Legislativa tem um papel muito importante no sentido de tentar equacionar, ou tentar colaborar para o equacionamento dos problemas políticos envolvendo isso porque, no fundo, nós temos uma limitação como Ministério Público. Nós trabalhamos com aquilo que está na lei, aquilo que foi previamente definido como distribuição de responsabilidades. Agora, nós não podemos intervir diretamente em definições políticas. Já os deputados,